

Jornal da



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 102 | JUL. 2022



PEC 63/2013: APESP e ANAPE  
têm mantido intensa mobilização  
pela isonomia entre as carreiras  
essenciais à Justiça

# A grandeza da PGE-SP reside na união de todos

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo completou, no dia 27 de junho de 2022, setenta e cinco anos de existência, sendo para nosso orgulho a mais antiga instituição da Advocacia Pública estadual brasileira. A história do nosso órgão foi e continua sendo extensamente elaborada e avança em contínuo desenvolvimento, visto o empenho e dedicação para o alcance dos exatos fins, bem como os melhores resultados relacionados ao exercício da Advocacia Pública no Estado de São Paulo.

O êxito de qualquer projeto associativo impõe o comprometimento e a observância da vontade da classe, que consiste primordialmente na nossa união, ou seja, no engajamento dos Procuradores do Estado da ativa e dos Procuradores do Estado aposentados, os primeiros comprometidos com a continuidade da construção das políticas públicas, da defesa do Estado e do assessoramento aos órgãos estatais e os aposentados prestigiados pelos resultados então obtidos nas conquistas memoráveis e na conjugação dos esforços já empenhados em prol do interesse público, consistentes nos propósitos especiais alcançados a favor do Estado.

Nesse diapasão, foi de grande importância a apresentação dos pleitos formulados pela APESP, recebidos pela Procuradora Geral do Estado, Dra. Inês Coimbra, que visaram contemplar de forma equânime também os aposentados.

Inicialmente destaca-se o referente ao “teto 100”, requerimento que se predispõe a cumprir a necessária isonomia entre os valores recebidos pelas carreiras jurídicas, equiparando os vencimentos ou proventos auferidos pelos Procuradores aposentados e da ativa ao valor estimado para o teto constitucional estipulado para o Supremo Tribunal Federal, o qual já se encontra estendido para os Procuradores de vários Estados, como também aos Procuradores do Município de São Paulo.

O outro pleito apresentado pela APESP foi referente à extensão do auxílio-saúde aos aposentados, que de maneira desigual só foi outorgado aos Procuradores da ativa, além da reivindicação que trata da inclusão da Advocacia Pública na PEC 63, que visa instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço destinada tão-somente à Magistratura e ao Ministério Público, com vistas a conferir o mesmo tratamento isonômico entre as carreiras jurídicas da Advocacia Pública, medida que também atingiria os Procuradores aposentados e os pensionistas.

A par do exposto, cumpre ainda mencionar que o Plano de Saúde criado pela APESP, o qual se tornou exitoso, abrange muitos aposentados e que diferentemente dos outros planos de saúde não foi afetado pelo reajuste autorizado pela ANS em 2022, ou seja, mesmo após completar um ano da sua vigência, não obteve a incidência de qualquer correção para os segurados no ano de 2022, permanecendo com os mesmos valores anteriores, beneficiando da mesma forma os Procuradores aposentados.

Portanto, a participação dos Procuradores do Estado aposentados nos propósitos ora descritos, como se viu, conjuntamente com os Procuradores do Estado em atividade, sempre propiciará o alcance de resultados mais consistentes e justos para a nossa carreira que merece tudo de especial, pois com certeza unidos seremos sempre melhores!

**Mara Christina Faiwichow Estefam**

VICE-PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2022 | 2023

PRESIDENTE

Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENTE

Mara Christina Faiwichow Estefam

SECRETÁRIO-GERAL

José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA

Monica Maria Petri Farsky

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Patrícia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Ana Clara Quintas David

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL

Maria Cecília Claro Silva

DIRETORA DE PRERROGATIVAS

Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR

Amílcar Aquino Navarro

Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfice

Marcos Fabio de Oliveira Nusdeo

Mirna Cianci

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Eduardo Bordini Novato

Pedro Henrique Lacerda Barbosa Ladeia

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

FOTOS

Ariane Martins (págs. 3, 4 e 5), Ricardo Lucas (pág. 15) e acervo APESP. Na pág. 5 (box sobre o Ubuntu), todos os esforços foram feitos para se determinar a autoria da foto. Localizado o autor, a APESP prontamente se dispôs a creditá-lo em futuras edições. Direitos reservados.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE

DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 29/07/2022

# Em solenidade prestigiada, nova Procuradora Geral toma posse no Palácio dos Bandeirantes

Com uma plateia repleta e a presença do Governador Rodrigo Garcia, a nova Procuradora Geral, Inês Coimbra, tomou posse no último dia 4 de maio no Palácio dos Bandeirantes, tornando-se a 20ª pessoa, a quinta mulher e a primeira negra a comandar a Instituição



Plateia lotada em solenidade de posse da nova PGE.

A presença de mais de 200 pessoas, entre as quais diversas autoridades, mostrou o prestígio e a força da PGE-SP dentro do Governo do Estado. O **Governador Rodrigo Garcia** frisou que em seus 27 anos de serviço público pôde acompanhar a evolução da administração paulista.

“No Estado de São Paulo, apesar de termos um longo caminho pela frente, as coisas funcionam. Se o Estado teve tantos avanços nesses últimos 30 anos, devemos muito à Procuradoria Geral, que defendeu os atos positivos desse Governo e dos que nos antecederam. Quem nos ajudou a construir e materializar políticas públicas que atendem milhões de pessoas foram os Procuradores e as Procuradoras de SP. Temos um Estado que nos enche de satisfação e a PGE-SP foi peça fundamental para isso”, registrou Garcia.



Governador Rodrigo Garcia.



Procuradora Geral Inês Coimbra

A **nova Procuradora Geral Inês Coimbra** agradeceu ao Governador pela confiança e pela organização da solenidade de posse no Palácio do Governo. “Aqueles com quem trabalhei sabem o quanto eu valorizo o trabalho em equipe. A importância de cada parte na formação do todo. Somos 774 Procuradores na ativa. São 774 bancas importantes e essenciais para a realização de nossa atribuição, que é o assessoramento e a defesa jurídica do Estado”, destacou.

“A Procuradora Geral é responsável por mais uma dessas bancas – muito importante na função de direção, mas que trabalha ao lado de todas as outras. Além disso, deve atuar para contribuir e melhorar o trabalho dos Procuradores e dos mais de 600 Servidores que nos auxiliam. Por isso, toda a disposição, interesse e necessidade desse GPGE em ouvir a todos por meio das entidades de classe, Conselho e Chefias. Tenho um imenso orgulho de fazer parte dessa instituição, que conta com um quadro de elite sempre tão elogiado pelo nosso cliente – o Governo”, continuou.



Presidente da APESP Fabrizio Pieroni

Coimbra mencionou a filosofia africana e o conceito do *ubuntu*, que trata da importância das alianças e do relacionamento entre as pessoas. “O sentido do *ubuntu* é ‘eu sou porque nós somos’. Essa é a mensagem que gostaria de deixar aqui hoje: ‘eu sou porque nós somos’”, concluiu, sendo aplaudida em pé pelos presentes.

A APESP foi representada no ato pelo Presidente Fabrizio Pieroni, pela Vice-Presidente Mara Christina Faiwichow Estefam, pela Diretora Financeira Monica Petri Farsky, pelo Secretário Geral José Luiz Souza de Moraes, pela Diretora de Assuntos Legislativos e Institucionais Ana Clara David, pela Diretora Social e Cultural Rosely Pastore, pela Diretora do Interior e demais Unidades fora da Capital Maria Cecília Claro Silva, pelo Conselheiro Assessor Marcos Nusdeo, pela Conselheira Assessora Yara de Campos Escudero Paiva e pelo Conselheiro Fiscal Vanderlei Ferreira de Lima.

O **Presidente da APESP Fabrizio Pieroni** desejou muito sucesso à nova Procuradora Geral. “Eu tenho muita alegria de fazer esse discurso, em nome da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, dando as boas-vindas à Dra. Inês. E faço com ainda mais alegria, pois somos do mesmo concurso, de 2002, que veio a tomar posse apenas em 2004, depois de muita luta. Hoje, fico muito satisfeito de ver que nossa geração tem um de seus membros à frente da PGE”, salientou.

Pieroni ressaltou que a nova PGE enfrentará grandes desafios à frente do comando da carreira. “Como instituição essencial à justiça e à Administração Pública, a PGE-SP convive há anos com a redução em seus quadros e com a inexistência de apoio administrativo para executar suas funções. A Dra. Inês conhece nossas dificuldades e tenho a convicção de que lutará para dotar nossa instituição das condições necessárias para o desenvolvimento de nossas atribuições e contará com o apoio do Governador do Estado”.



Diretoria da APESP com a nova PGE



Pieroni e Marcos Nusdeo com o Governador Rodrigo Garcia

“Estou certo de que em breve estaremos juntos mais uma vez nessa casa para a posse de cerca de 60 novos Procuradores do Estado, que aguardam nomeação no nosso concurso e que vão engradecer ainda mais nossa instituição e o Estado de São Paulo. Podemos fazer dessa data uma grande homenagem aos 75 anos de história da PGE-SP, robustecendo nossos quadros com aqueles que construirão a PGE do futuro”, completou.

Por fim, disse que o novo GPGE poderá contar sempre com as portas abertas da Associação. “A APESP tem a importante missão de ser a voz da carreira, a voz daqueles que trabalham na ponta, na banca, como gostamos de dizer. Muitas vezes teremos posições divergentes. Mas, nossas divergências têm pontos de interesse que nos unem sempre, o de valorização do quadro de Procuradores e a melhoria das condições de trabalho de todos nós. A Associação jamais se furtará de participar das grandes discussões e de apontar soluções juridicamente possíveis para contribuir para o aprimoramento da nossa instituição”, concluiu Pieroni.



Carlão Pignatari, Fernando José da Costa, Rodrigo Garcia e Inês Coimbra

O Presidente da ALESP, Deputado Carlão Pignatari, colocou a Assembleia à disposição da PGE-SP: “a Procuradoria faz um trabalho excepcional na defesa do Estado de SP aqui e em Brasília. Certamente, a evolução do Estado de SP tem como uma das razões esses ótimos quadros de Procuradores e Procuradoras do Estado”.

O Secretário de Justiça e Cidadania, Fernando José da Costa, também desejou sucesso à nova PGE-SP: “aproveito para cumprimentar a PGE-SP pelo importante trabalho de defesa das questões judiciais do Governo do Estado e a atuação na orientação e

consultoria ao Governador, aos Secretários e aos Servidores para que possamos servir os 46,5 milhões de brasileiros que residem no Estado de SP”.



## Saiba mais: *Ubuntu*

A filosofia africana *ubuntu* trata da importância das alianças e do relacionamento entre as pessoas, bem como do respeito e da solidariedade como pilares de uma sociedade. Na tentativa da tradução para o português, *ubuntu* seria “humanidade para com os outros”. Uma pessoa com *ubuntu* tem consciência de que é afetada quando seus semelhantes são diminuídos ou oprimidos. Por esse conceito: as pessoas devem saber que o mundo não é uma ilha: “eu sou porque nós somos” (com informações do Portal Geledés).

# Nova Procuradora Geral reuniu-se com Diretoria da APESP e recebeu os principais pleitos da carreira

A nova Procuradora Geral do Estado, Inês Coimbra, recebeu em 29 de abril, na sede da PGE-SP, a Diretoria da APESP para tratar dos principais pleitos da carreira.

## Limite remuneratório dos Procuradores do Estado – o “teto 100”

A APESP entregou um novo requerimento para alteração da posição institucional com relação ao teto remuneratório dos Procuradores do Estado de São Paulo. O documento foi instruído de parecer elaborado a pedido da Associação pela jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, de diversas decisões administrativas favoráveis ao tema, além do parecer aprovado na Comissão da Advocacia Pública da OAB-SP – de autoria do Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni.

Salientou-se que, desde o primeiro pedido de solução extrajudicial, já teria ocorrido intensa modificação dos entendimentos, havendo massivo reconhecimento desse direito, inclusive de forma administrativa pela Procuradoria do Município de São Paulo. Assim, apenas a PGE-SP e a PGE-BA permanecem com essa injusta diferenciação em relação às demais carreiras jurídicas.

O Presidente da APESP informou que, junto com Secretário Geral, José Luiz de Souza Moraes, esteve naquela mesma semana (26 de abril) reunido com o advogado contratado para a causa, o ex-ministro do STF, Carlos Ayres Brito, que se mostrou otimista em relação ao entendimento do relator Min. André Mendonça. Ademais, ambos se encontraram com o Advogado Geral da União, Bruno Bianco Leal, para tratar desse assunto.

A Dra. Inês se comprometeu a estudar a questão mais profundamente e disse estar ciente das mudanças desse quadro em âmbito nacional, sendo uma realidade diferente da enfrentada quando da primeira vez que o pedido de solução administrativa foi realizado pela APESP ainda em 2018, ao ex-Procurador Geral do Estado, Juan Carpenter.



Representaram a APESP o Presidente, Fabrizio Pieroni, a Vice-Presidente, Mara Christina Faiwichow Estefam, a Diretora Financeira, Monica Petri Farsky, o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes, a Diretora de Assuntos Legislativos e Institucionais, Ana Clara David, a Diretora Social e Cultural, Rosely Pastore, a Diretora de Esportes e Patrimônio, Bruna Alvarez, e o Conselheiro Fiscal, Pedro Ladeia. Também participou da reunião o Procurador Assessor do GPGE, Caio Guzzardi.

“Podemos entregar um requerimento embasado com pareceres e decisões judiciais que dão segurança jurídica para uma adoção administrativa”, destacou Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP.

## Auxílio-saúde

A APESP reiterou ainda necessidade de extensão do auxílio-saúde aos Procuradores aposentados, conforme requerimento administrativo apresentado pela Associação.

Os dirigentes da entidade relataram à Procuradora Geral que a APESP se manteve diligente para a alteração desse quadro injusto desde o dia de sua edição, tendo se reunido com a ex-Procuradora Geral no dia seguinte à publicação do ato em 20 dezembro de 2021. Naquela ocasião a Dra. Lia Porto justificou o ato restritivo no fato de não ter havido segurança jurídica para a extensão do auxílio aos aposentados.

Visando afastar a alegada insegurança, a APESP tomou imediatos estudos e medidas para a modificação

desse entendimento, contratando pareceres do Professor de Direito Administrativo da FGV/RJ e Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Amaral Garcia, e do Advogado especialista em servidores públicos, Ricardo Marçal Ferreira.

A APESP também recebeu parecer de autoria do ex-Procurador Geral do Estado e Professor Titular da USP, Elival da Silva Ramos. Todos esses estudos apontaram fundamentos favoráveis à adoção da extensão dos benefícios aos aposentados.

Munidos desse vasto estudo a APESP protocolou junto ao GPGE, em 16 de fevereiro de 2022, um requerimento administrativo fundamentado. A Dra. Inês afirmou estar ciente desse problema e que estudaria as possibilidades jurídicas e orçamentárias a esse respeito.

## Nomeação

Outra questão fundamental abordada foi a necessidade de nomeação dos remanescentes do concurso de ingresso realizado em 2018. A Diretoria da APESP apontou que existiam 61 colegas aprovados aguardando o ingresso na PGE-SP – sendo que 20 já haviam sido empossados em outros cargos públicos.

O Presidente da APESP disse que a grave falta de Procuradores gera o caos em diversas áreas da PGE-SP, havendo acúmulo de serviço e a grave ameaça de que colegas que já se encontram com direito à aposentadoria efetivamente saiam da carreira.

Pironi afirmou ainda que: “perdemos diversos colegas para outras carreiras e para Procuradorias de outros estados da federação, inclusive colegas paulistas que têm todos os seus familiares residindo aqui mas, mesmo assim, optaram por trabalhar em outros lugares. É uma luz de alerta que deve preocupar a todos nós”.

Ademais, salientaram que a data limite para nomeação/posse, segundo a Nota Técnica SubG/Cons nº 1/2022, é 4/7. Porém, a legislação vigente prevê a possibilidade de suspensão desse prazo (Lei Federal nº 14.314/2022 e Lei Estadual nº 17.268/2020).

A Dra. Inês apontou que haveria dificuldades em aprovar um grande número de pessoas em um ano eleitoral, mas que tinha grande empatia pelos aprovados e iria se esforçar para impedir que candidatos tão qualificados não fossem nomeados. (leia notícia específica na página 12).

## Sistema *Attornatus*

A Diretoria da APESP indagou o posicionamento do novo GPGE sobre o sistema *Attornatus* Procuradoria Digital. No caso da continuidade da implantação, reivindicou-se que o processo ocorra com transparência, em etapas e realização de testes em ambientes reais. A Dra. Inês Coimbra enfatizou que estava tomando conheci-

mento do sistema e que seria imperioso que a sua implantação ocorresse de forma transparente e paulatina.

## Teletrabalho

Os representantes da Associação expuseram que a autonomia da regulamentação do regime de teletrabalho na PGE-SP advém do fato de a instituição possuir Lei Orgânica própria, com dispositivos que tratam da estruturação da carreira (artigo 7º, incisos II e XIV; artigo 17, inciso I e artigo 121, inciso VI). Além disso, ponderaram os avanços tecnológicos ocorridos, a redução de gastos com o modelo e a impossibilidade de retorno ao *status quo* anterior à pandemia.

A APESP apontou ainda que há lugares na PGE-SP em que a estrutura física não mais comporta o retorno integral dos colegas, como salientou o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes: “o prédio da Procuradoria Judicial e diversos outros simplesmente não possuem mais o número necessário de mesas, cadeiras e equipamentos de informática, tornando impossível o retorno presencial dos colegas em um curto espaço de tempo”.

A Dra. Inês afirmou que estava ciente desse quadro de insuficiência estrutural, mas que estudaria formas de regulamentação. Disse ainda que, apesar de o *home office* ter sido uma medida positiva e necessária em razão da COVID-19, muito se perde em não haver a interação entre os colegas.

## PEC 63/2013

A Diretoria da APESP destacou a importância de uma atuação institucional da PGE-SP na PEC 63/2013, que visa instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço (ITS) para a Magistratura e Ministério Público.

Por fim, a APESP apontou para a gravidade do tema para a nossa carreira e que tem atuado de forma muito ativa junto aos congressistas a fim de que a inclusão da Advocacia Pública seja assegurada em caso de aprovação da Emenda, mas que depende do apoio institucional da PGE. A Dra. Inês se mostrou ciente da importância do tema e também aberta a essa cooperação institucional (leia notícia específica na página 8).

## Residência dos Procuradores

Um requerimento foi apresentado para alteração da Resolução PGE-COR nº 02, de 18 de janeiro de 2022, com o propósito de permitir a alteração de residência de Procuradores do Estado para municípios que sejam sedes de Seccionais e Subprocuradorias. A Procuradora Geral afirmou que analisaria o tema solicitado em conjunto com o Corregedor Geral da PGE-SP, Dr. Anselmo Alvarez.

# APESP e ANAPE têm mantido uma intensa mobilização pela inclusão da Advocacia Pública na PEC 63

Mesmo com um esforço concentrado no Senado na primeira semana de junho, proposta não foi votada; isonomia entre as carreiras essenciais à Justiça já é discurso corrente na Casa



Delegação da APESP e ANAPE presente no Senado Federal entre os dias 31/5 e 1º/6

Desde o mês de março, quando foi detectada a intenção de dar continuidade à tramitação da PEC, a APESP e a ANAPE têm mantido uma mobilização cerrada nos corredores e gabinetes do Senado para trabalhar pela inclusão da Advocacia Pública na PEC 63/2013, que prevê a instituição de parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço (ITS) apenas para a Magistratura e o MP.

A atuação tem sido muito exitosa: apesar da intenção do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de incluir a proposta na ordem do dia no Plenário, em uma semana de esforço concentrado (entre os dias 31/5 e 2/6), a proposta ainda não foi votada.



Com o Senador Fabiano Contarato (PT-ES), que teceu muitos elogios à Advocacia Pública e também externou seu apoio à inclusão da carreira na PEC 63/2013

“Foram dias bastante produtivos. Os Senadores já haviam sinalizado que não ocorreria deliberação nessa semana, em razão dos votos insuficientes. Além disso, a questão da isonomia entre as carreiras jurídicas já é um discurso corrente na Casa”, destaca Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP e Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE.

A atuação tem focado o acolhimento das emendas propostas por APESP, ANAPE e outras entidades da Advocacia Pública Federal:

- Nº 04: apresentada pelo Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (acesse a íntegra em <https://bit.ly/PEC63Emenda04>);
- Nº 10: apresentada pelo Senador Telmário Mota (PROS/RR) (acesse a íntegra em <https://bit.ly/PEC63Emenda10>).

Destaque-se ainda a emenda do Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), que tem o mesmo teor, mas ainda aguarda o número de assinaturas necessárias (acesse a íntegra em <https://bit.ly/3sKvEpm>).

## Mobilização cerrada

Além de Pieroni, têm representado a APESP nessa mobilização a Diretora Financeira Monica Petri Farsky, o Secretário-Geral José Luiz Souza de Moraes e a Diretora Social e Cultural Rosely Sucena Pastore (Procuradora aposentada do Estado). Conheça o passo-a-passo:

- Em 1º/6, os dirigentes da Associação se reuniram com os Senadores Fabiano Contarato (PT-ES), Espiridião

Amin (PP-SC), Fernando Collor (PTB-AL), Renan Calheiros (MDB-AL), Soraya Thronicke (União-MS) e com a assessoria de José Serra (PSDB-SP).

- ▶ Em 31/5, mantiveram encontros com os Senadores Nelsinho Trad (PSD/MS) – líder do partido, que tem a maior bancada da Casa –, Lasier Martins (PODEMOS-RS), Fernando Bezerra (MDB-PE), Eduardo Girão (PODEMOS-CE) e Randolfe Rodrigues (REDE -AP).
- ▶ Em 19/5, o Presidente da APESP reuniu-se, juntamente com dirigentes da entidade nacional, com os Senadores Paulo Rocha (PT-PA), Acir Gurgacz (PDT-RO), e Marcos Rogério (PL-RO).
- ▶ Em 11/5, o Presidente e o Secretário Geral da APESP encontraram com o Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS), líder do bloco PSDB/PODEMOS.
- ▶ Em 10/5, juntamente com representantes Diretores da ANAPE, Anauni, ANAFE e Sinprofaz, Pieroni e Moraes mantiveram uma reunião com o Presidente da Frente Parlamentar da Advocacia Pública da Câmara Federal, Deputado Fabio Trad (PSD-MS), para tratar de diversos temas de interesse da Advocacia Pública (incluindo a PEC 63).
- ▶ Em 6 e 7/4, o Presidente da APESP foi recebido pelos Senadores Lucas Barreto (PSD/AP) e Nelsinho Trad (PSD/MS).
- ▶ Em 17/3, Pieroni manteve encontros com os Senadores Paulo Rocha (PT-MA), Alexandre Silveira (PSD -MG), Lucas Barreto (PSD-AP) e Nelsinho Trad (PSD/MS) e reuniões nos gabinetes dos Senadores Soraya Thronicke (PSL-MS), Weverton (PDT-MA), Angelo Coronel (PSD-BA), Rodrigo Cunha (PSDB-AL), Zenaide Maia (PROS-RN), Randolfe Rodrigues (REDE-AP), Daniella Ribeiro (PP-PB), Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), Nilda Gondim (MDB-PB), Jorge Kajuru (PODEMOS-GO), Marcos Rogério (PL-RO) e Mara Gabrielli (PSDB-SP).



Com o Senador catarinense Esperidião Amin (PP)



Com o Senador e ex-Presidente da República, Fernando Collor (PTB-AL)



Senador Renan Calheiros (MDB-AL) com os representantes dos Procuradores dos Estados e do DF



Reunião com a assessoria do Senador paulista e ex-Governador de SP, José Serra



Senadora Soraya Thronicke (União-MS) com membros da Advocacia Pública



Representantes dos Procuradores com o Senador Nelsinho Trad (PSD-MS), líder da maior bancada da Casa



Com o Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)



Dirigentes das entidades com o Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), que apresentou emenda pela inclusão das carreiras essenciais à Justiça



Com o Senador Fernando Bezerra (MDB-PE) externou apoio à causa da Advocacia Pública



Reunião com o Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE)



Pieron e representantes da Advocacia Pública com o Senador Paulo Rocha (PT-PA)



Audiência com o Senador Marcos Rogério (PL-RO)



Reunião com o Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)



Senador Lucas Barreto (PSD/AP) com os Presidente da APESP e da ANAPE, Vicente Braga



Reunião com o Presidente da OAB Nacional em 18/5/2022

## Entenda a PEC 63/2013

Em tramitação no Senado Federal desde 2013, a PEC 63, de autoria do então senador Gim Argello (PTB-DF), está pronta para deliberação no Plenário do Senado. A proposta que “dormitava nos escaninhos” do Senado Federal desde 2014, após aprovação na Comissão e Constituição e Justiça, foi desarquivada em março desse ano para servir como subterfúgio ao teto constitucional para Juizes e Promotores.

O grande fiador da PEC, com apoio do Palácio do Planalto e da Presidência do STF, tem sido o Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que trata a matéria apenas como uma suposta reestruturação dessas duas carreiras.

Porém, segundo o Presidente da APESP, caso ocorra a aprovação nos atuais termos, a PEC geraria um reajuste imediato de até 35%, fora do teto, para a Magistratura e o MP. “A conta é simples: seria concedido pagamento mensal de ‘parcela de valorização do tempo de exercício’ nessas atividades, calculada à razão de 5% do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de 7, totalizando, assim, 35% sobre o subsídio”, registra Pieroni

Ademais, a medida seria válida para aposentados e pensionistas, assegurando a contagem, para esse fim, do tempo de exercício anterior em “carreiras jurídicas”, bem como na advocacia privada.

“A inclusão da Advocacia Pública na PEC 63 é justa por conferir tratamento igualitário e respeitar o princípio da isonomia entre carreiras jurídicas que possuem o mesmo patamar Constitucional”, completa José Luiz Souza de Moraes, Secretário Geral da APESP.

## Relações institucionais

Nos dias 23/2 e 18/5, o Presidente da APESP visitou o Presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, para tratar temas de interesse da Advocacia Pública e reforçar a importância da isonomia entre as carreiras essenciais à Justiça. “É muito importante poder estreitar as relações com o Conselho Federal da OAB e obter apoio na luta relativa à PEC 63/2013”, registra Pieroni.

# Governador nomeia 56 novos Procuradores do Estado de São Paulo

A medida era um pleito recorrente da APESP, com o lançamento de campanhas nas redes sociais, em reuniões do Conselho e repercussão na mídia

Em 2 de julho, o Governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia, nomeou 56 novos Procuradores aprovados no 22º Concurso de ingresso da PGE-SP. A APESP parabeneiza os novos colegas pela importante conquista e deseja sucesso nessa nova etapa profissional em uma das instituições jurídicas mais reconhecidas do país.

A Associação lutou, juntamente com os colegas aprovados no certame, para que essa qualificada força de trabalho não fosse desperdiçada. Em 27 de abril de 2021, a Associação relançou a campanha “#NomeaçãoJá – O interesse público não pode esperar”, defendeu o pleito nas sessões do Conselho da PGE-SP e em reuniões com o GPGE.

Ademais, repercutiu a necessidade de ingresso desses colegas na Procuradoria na mídia, em veículos importantes tais como Jovem Pan, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, Conjur etc.

“Desde o primeiro instante em que houve a nomeação parcial dos candidatos aprovados, a APESP buscou, com a constante interlocução junto aos remanescentes, fazer campanhas que alertassem sobre a necessidade de nomeação de todos. As nomeações a ‘conta-gotas’ se mostraram insuficientes em virtude do número de aposentadorias e exonerações, além do progressivo aumento de trabalho. Não desistimos até que ocorresse a nomeação de todos da lista”, frisa Marialice Gonçalves, Diretora de Comunicação da Associação.

## A HORA É AGORA!

No último dia 25/5, a APESP lançou uma nova fase da campanha, com um novo mote: “**A Hora é Agora**”, com uma contagem para o prazo fatal imposto pela lei eleitoral. Confira ao lado:



### EM 40 DIAS, LEI ELEITORAL IMPEDIRÁ NOMEAÇÃO NA PGE-SP

Na PGE-SP, 427 cargos estão vagos atualmente – mais de 1/3 da carreira. Com a nomeação dos 60 remanescentes aprovados no concurso de ingresso de 2018, a defasagem atingiria 367 – o mesmo número que motivou a autorização do certame. Dessa forma, a APESP defende não existir justificativa para perder essa qualificada e motivada mão-de-obra.

**A HORA É AGORA: RESTAM APENAS 40 DIAS PARA O PRAZO FINAL DE NOMEAÇÃO!**



### EM 35 DIAS, LEI ELEITORAL IMPEDIRÁ NOMEAÇÃO NA PGE-SP

O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, concedeu uma entrevista ao Jornal da Manhã, da rádio e TV Jovem Pan, para tratar dos bons resultados apresentados pela PGE-SP. Pieroni frisou ainda a necessidade de nomeação dos 60 aprovados no concurso de Procurador do Estado de São Paulo. A APESP defende não existir justificativa para perder essa qualificada e motivada mão-de-obra.

**A HORA É AGORA: RESTAM APENAS 35 DIAS PARA O PRAZO FINAL DE NOMEAÇÃO!**

## Em 2021, PGE-SP apresentou novamente uma atuação com números impressionantes

No último dia 12 de maio, foi publicado o Balanço Geral do Estado com os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Governo do Estado de São Paulo ao longo do ano de 2021.

Novamente, a seção destinada à PGE-SP registrou números impressionantes e, no geral, maiores do que em 2020 sobre a atuação dos Procuradores do Estado de São Paulo (acesse a íntegra em <https://bit.ly/37RxU72>).

Apenas com a arrecadação de R\$ 3,31 bilhões da dívida ativa, a PGE-SP “pagou” mais de 2 vezes o seu custo operacional de R\$ 1,6 bilhão.

Destaque-se que no ano passado houve um decréscimo de R\$ 9 milhões no orçamento executado pela Procuradoria paulista. Ademais, dos 1.203 cargos da PGE-SP, apenas 776 (64,5%) estão ocupados, gerando uma defasagem de pessoal de mais de 35,5% (427 vagos).

Mesmo com esse déficit os Procuradores do Estado de São Paulo representam um dos maiores escritórios da América Latina e trabalham diuturnamente para atender as necessidades do Governo:

- No Contencioso Geral, o número de processos acompanhados foi de 970.490, um aumento de 16% em comparação com 2020, que foi de 836.444;
- A arrecadação da Dívida Ativa pelo Contencioso Tributário Fiscal foi de R\$ 3,31 bilhões, um aumento de 30% em comparação com 2020, que foi de R\$ 2,55 bilhões;
- O número de Pareceres Jurídicos emitidos pela Consultoria Geral foi de 14.619, um aumento de 6% em comparação com 2020, que foi de 13.817.

A seguir, publicamos uma compilação do Balanço Geral do Estado de São Paulo - Contas do Exercício de 2021 (seção PGE-SP):

- **Orçamento executado pela PGE-SP:** R\$ 1.610.485.924,27 (fonte: SIAFEM/SP). Destaque-se que apenas em arrecadação da dívida ativa, uma atribuição constitucional da Procuradoria, R\$ 3,31 bilhões foram arrecadados em 2020.

### Contencioso Geral

- Número de processos em acompanhamento: 970.490;
- Celebração de Acordos Judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta: 70;
- Número de abstenção de interposição de recursos: 88.968;
- Cálculos realizados por contadores: 21.668.



### Contencioso Tributário-Fiscal

- Arrecadação da Dívida Ativa pelo Contencioso Tributário Fiscal: R\$ 3,31 bilhões, com um índice de recuperação de 2,17%;
- Razão de Recuperação Presente da Dívida Ativa: 4,01%.

### Consultoria e Assessoria Jurídica

- Número de Pareceres Jurídicos emitidos pela Consultoria Geral: 14.619;
- Procedimentos Disciplinares Presididos: 4.786;
- Edição de 1.294 portarias instauradoras de processos disciplinares;
- Conclusão de 1.467 sindicâncias/processos disciplinares;
- Realização de 3.564 audiências e de 6.942 depoimentos;
- Elaboração de 80 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta;
- Elaboração de 72 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado;
- Elaboração de 6.435 manifestações e 389 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o TCE/SP.

## Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG)

- 859 pareceres elaborados;
- 502 despachos;
- 648 cotas;
- 418 informações em Mandados de Segurança;
- 04 informações em *Habeas Corpus*;
- 01 informação em Mandados de Injunção;
- 30 respostas a ofícios de órgãos de controle.

Por meio da Resolução PGE nº 16/2018, a AJG passou a responder pela Consultoria Jurídica do Governo, tendo, no ano de 2020, desempenhado as seguintes atividades:

- 279 Pareceres;
- 69 Cotas;
- 12 Pareceres Referenciais.

## Assessoria Técnico-Legislativa (ATL)

- Análise de 272 Autógrafos expedidos pela Mesa da Assembleia Legislativa;
- Elaboração de 62 Notas Técnicas, 227 Cotas e 15 Pareceres;
- Análise de 34 anteprojetos;
- Elaboração de 120 minutas de manifestações da PGE-SP sobre controle de constitucionalidade;
- Elaboração de 08 minutas de manifestações da PGE-SP em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de legislação estadual.

## Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal direto de comunicação entre a PGE e os usuários de seus serviços para receber queixas, reclamações e sugestões. Em 2021, o órgão proferiu 13.436 manifestações.

## Principais vitórias e atuações em prol do interesse público

Destacamos na sequência algumas das principais vitórias e atuações da PGE-SP em prol do interesse público e da sociedade paulista.

## Contencioso Geral

- Obtenção de efeito suspensivo em recurso especial para obstar o depósito de aproximadamente R\$ 2,1 bilhões em precatório no qual o Estado discute o débito em ação rescisória;
- Suspensão de liminar junto TST para obstar a imposição de reajuste salarial a empresa pública dependente, com impacto de cerca de R\$71 milhões;
- Obtenção de efeito suspensivo para agravos de instrumento interpostos contra decisões que determinaram o fornecimento do medicamento Risdiplam por tempo

indeterminado, de custo anual de aproximadamente R\$ 5 milhões;

- Acórdão favorável em ação de reequilíbrio econômico-financeiro ajuizada por concessionária de serviço público de rodovias, com impacto estimado de aproximadamente R\$ 4 milhões;
- Decisão favorável em impugnação ao cumprimento de sentença em matéria de desapropriação, impedindo pagamento anual pelo Estado, com impacto imediato de mais de R\$ 38 milhões, além de parcelas sucessivas.

## Contencioso Tributário-Fiscal

- Foram recebidos 51.605 pedidos para transação tributária até dezembro de 2021, no montante de R\$ 286.316.020,72, havendo a arrecadação de R\$ 114.499.908,59 até o momento;
- Em decorrência das ações e operações do GAER-FIS no ano de 2021, foram obtidos os seguintes resultados: (i) recuperação fiscal equivalente a R\$ 1.296.351.324,50; (ii) indisponibilidade de bens e direitos no valor de R\$ 775.550.540,80, representados por 630 veículos, 229 imóveis, 11 embarcações, 85 marcas e 75 cotas societárias/ações e (iii) responsabilização de 75 pessoas jurídicas, 33 pessoas naturais, decorrentes de 78 decisões judiciais favoráveis;
- Foram enviados 1,5 milhão de débitos ao Cartório de protesto, no montante de R\$ 14,1 bilhões. Deste total, foram recuperados R\$ 1,48 bilhão.

## Consultoria Geral

- Acompanhamento dos estudos e da modelagem referente ao projeto de Parceria Público-Privada (Concessão Patrocinada) do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, com destaque para o assessoramento jurídico prestado ao Grupo de Trabalho competente, tanto nas etapas que antecederam, como nas que sucederam à Consulta Pública realizada;
- Realização de assessoramento e consultoria jurídica no processo que culminou com a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado firmado com a COMGÁS, assim como auxílio prestado junto à Administração na elaboração do Aditivo ao Contrato de Concessão responsável por materializar os termos da precitada prorrogação;
- Assessoramento jurídico realizado junto à Administração para a condução da Licitação para Concessão Comum das Linhas 8 e 9 da CPTM, especialmente em face do trabalho realizado pela Comissão Especial de Licitação (CEL).
- Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto da Concessão das Travessias Litorâneas, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto.

# Associados voltam a se reunir no coquetel de posse da nova Diretoria da APESP

O coquetel de posse da nova Diretoria da APESP (biênio 2022/2023) reuniu na noite de 8 de abril quase 300 associados, familiares e autoridades, com muita animação e um sentimento de reencontro dos colegas – após dois anos sem as grandes festas tradicionalmente promovidas pela Associação.

“Gostaria de fazer dessa festa o momento de retomada da alegria de estar junto. Da volta da APESP como o local de encontros e comemorações da carreira. Vamos ter festas, encontros, congressos, lançamentos de livros, tudo que nos fez falta nos últimos anos”, discursou Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP.

Pieroni fez questão de chamar ao palco a Vice-presidente Mara Christina Faiwichow para representar todos os diretores e conselheiros da APESP da nova gestão (2022/2023). “Uma mulher guerreira, querida por todos, que mesmo aposentada continua contribuindo com nossa carreira, seja na APESP, seja na OAB”, registrou.

O Presidente fez um balanço do último biênio, destacando a atuação legislativa, as ações judiciais, as atividades remotas (aulas de idiomas, curso de mixologia, projetos Bem-Estar e Escuta), a campanha APESP Solidária e a criação do Plano de Saúde da APESP.

Especificamente sobre o Plano de Saúde, frisou ter sido um sonho realizado, que se tornou um sucesso absoluto. “Começamos com 506 vidas e tivemos um crescimento, em pouco de um ano, da ordem de 30% nas adesões. O plano é elogiado por todos os usuários e tem valores extremamente competitivos”, completou. Neste sentido, adiantou que, na contramão dos aumentos autorizados pela ANS, o reajuste no Plano de Saúde da APESP seria zero (leia nota específica na página 16).



Posse da nova Diretoria da APESP - biênio 2022/2023.

Ao final do seu discurso, Pieroni agradeceu aos Procuradores do Estado de São Paulo. “Sou profundamente grato a todos vocês por ter sido escolhido, mais uma vez, ao lado dessa Diretoria tão competente e engajada, para liderar a associação que representa uma carreira vibrante, composta de profissionais capacitados em um momento tão desafiador como esse que estamos vivendo”.

## Galeria de imagens

Acesse uma galeria completa de fotos no Flickr e no Facebook da APESP. Aponte a câmera do seu celular para os QR CODES abaixo:



Animação: os presentes puderam desfrutar de um delicioso coquetel e dançar ao som da Banda Pires.

## BENEFÍCIOS

Reajuste autorizado pela ANS em 2022 não afetou o Plano de Saúde da APESP



Lançado em abril do ano passado, o Plano de Saúde da APESP completou um ano de lançamento e teve REAJUSTE DE 0% para os segurados em 2022.

A realidade do mercado é bem diferente. A Agência Nacional de Saúde (ANS) autorizou no último dia 26 de maio um aumento de 15,5% para os planos de saúde individuais ou familiares.

“Nosso contrato foi muito bem elaborado e com o controle da taxa de sinistralidade realizado pela própria APESP. Com o crescimento de mais de 30% no número de vidas e de 35% no nosso faturamento em menos de um ano, conseguimos presentear nossos associados com a isenção do reajuste, o que deixará nosso plano com valores ainda mais competitivos”, destaca Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP.

Operacionalizado pela Seguros Unimed e com cobertura nacional, o plano NÃO tem intermediários, coparticipação e taxa de inscrição.

E o melhor: tanto a contratação quanto a administração do plano serão feitas diretamente pela APESP!

Não aderiu ao Plano de Saúde da APESP ainda? Para isso, basta enviar para o e-mail [convenios@apesp.org.br](mailto:convenios@apesp.org.br) ou whatsapp (11-94995-0692) uma mensagem manifestando seu interesse que nossos funcionários entrarão em contato.



## DIREITOS

Contribuições previdenciárias: Comissão de Finanças da ALESP aprova o PDL 22/2020; trabalho agora será para pautar o projeto em Plenário

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da ALESP aprovou em 24 de maio, em sessão virtual, o parecer da Deputada Damaris Moura (PSDB), favorável ao PDL 22/2020, que visa sustar a contribuição previdenciária extraordinária dos servidores públicos aposentados, revogando o Decreto 65.021/2020.

“Foi uma vitória para os nossos colegas aposentados. Desde fevereiro, a Comissão vinha buscando obter quórum para essa importante deliberação, mas em razão da atuação da base governista as sessões canceladas reiteradamente”, destaca Mônica Petri Farsky, Diretora Financeira da APESP.

O Presidente Fabrizio Pieroni afirma que a luta agora será para que a proposta seja incluída na ordem do dia para votação em plenário. “Estivemos há algumas semanas com o Presidente da ALESP, Carlão Pignatari, que nos confirmou as dificuldades. Porém, reiteramos nosso apoio público ao PDL e vamos continuar lutando por sua aprovação”.

## Mobilização

A APESP vem acompanhando a tramitação do PDL desde a sua apresentação em junho de 2020, com tratativas juntos aos parlamentares, com as lideranças partidárias e com o próprio Presidente da Casa.

A par disso, a Associação ingressou com ADI contra essa cobrança, obtendo liminar por 25x0 no Órgão Especial do TJ-SP, mas que infelizmente foi suspensa pelo então presidente do STF, Dias Toffoli.



Reunião da CFOP que aprovou o parecer do PDL 22